



Estudo sobre o trabalho invisível feminino a partir do perfil de mulheres brasileiras Áreas: Sociais Aplicadas

Maria Heloisa Manzano da Silva, Tiago Lenartovicz²

Acadêmica de Comunicação e Multimêios– DFE/UEM

Contato: ra124440@uem.br

² Prof Depto Fundamentos da Educação - DFE/UEM

Contato: tlenartovicz2@uem.br

Resumo. Este projeto realiza uma pesquisa bibliográfica em torno do trabalho doméstico e de cuidado feminino não remunerado, a partir de um perfil das mulheres brasileiras e seus respectivos recortes de classe e raça. Ainda, é proposta uma análise do papel da literatura como suporte comunicativo que auxilia na disseminação de discursos perpetuadores das noções de gênero, estes que são responsáveis pela divisão sexual do trabalho. Partindo desses estudos, o projeto pretende resultar na criação de um livro ficcional que aborde o tema proposto, contribuindo para que o espaço literário seja um lugar de visibilidade das atividades domésticas e de cuidado femininas.

Palavras-chave: Trabalho invisível. Feminismo. Literatura. Comunicação

1. Introdução

A noção de que trabalho diz respeito a apenas uma troca de serviço por remuneração é limitada, visto que as atividades de manutenção da vida também são uma forma de trabalho. Sobre isso, Hirata e Zarifian (2000) escrevem que, em contraposição a ideia de trabalho objetificado (assalariado) existe o trabalho doméstico, que está presente no âmbito privado em forma de relações afetivas e fundamentado na ideia de que as mulheres estão “disponíveis” para a maternidade e os laços conjugais. Esse discurso, pode ser encarado como formador das relações sociais atuais, principalmente no que toca a divisão sexual do trabalho. Uma prova disso são os números publicados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD), feita pelo IBGE (2023).

É partindo desse escopo que o projeto visa investigar as origens fundamentadoras dessa divisão sexual do trabalho, bem como, compreender o quanto a literatura pode ser uma ferramenta comunicacional de repercussão de discursos formadores desse tecido social que, ao mesmo tempo, é atravessado por discussões interseccionais de raça e classe. Visto isso, os estudos acima servem de base para o desenvolvimento do livro ficcional em todas as etapas que nortearão sua criação.



2. Referencial Teórico

2.1. Trabalho: uma perspectiva histórica

O trabalho sempre permeou os seres humanos e foi conceituado de diferentes formas ao longo da história. De acordo com Kamper (1988), na Grécia Antiga, trabalhar era uma atividade exercida pelos escravos, percepção que se baseava, também, no mito de Prometeu. Em contrapartida, é a partir da formação das sociedades burguesas que o trabalho passa a ser uma atividade valorizada. De acordo com Kamper (1988), Lutero defendia a noção de trabalho como sacrifício voluntário, ou seja, os homens deveriam assumi-lo como forma de castigo para pagar o seu pecado original.

Já no contexto da revolução industrial, Marx (1876) encara o trabalho de duas maneiras, sendo uma delas o trabalho abstrato, em que a força de trabalho torna-se uma mercadoria. Por outro lado, Taylor propõe “a ideia de uma gerência que criasse, através de métodos de experimentação do trabalho, regras e maneiras padrões de executar o trabalho” (Ribeiro, 2015, p.66). Na contemporaneidade, o trabalho adquire novas dimensões. Para Kamper (1988), a atividade do trabalho ultrapassou a área em que ele é reconhecido, ou seja, na atividade remunerada, apoderando-se da “própria vitalidade da vida”. É partindo dessa premissa que cria-se um aporte para pensar no trabalho doméstico e de cuidado não remunerado como algo que ultrapassa a perspectiva assalariada.

2.2. Trabalho feminino: uma perspectiva do invisível

A determinação de que há trabalho de mulher e trabalho de homem está fundamentada na noção de gênero. Para a pesquisadora Joan Scott (1992, p. 7), o gênero é “utilizado para designar as relações sociais entre os sexos” e nessa relação, o sexo diz respeito ao biológico (feminino e masculino), enquanto que o gênero é uma construção social de papéis, destinados ao indivíduo culturalmente durante a vida. Para Silvia Federici (1975), a não remuneração do trabalho doméstico é justificada por uma noção de que ele se trata de algo natural e pertencente à psique feminina, concepção que é usada pelo capital para obter força de trabalho não remunerada, propiciando a manutenção das instituições onde ocorre o trabalho visível assalariado. Para a autora “eles dizem que é amor, nós dizemos que é trabalho não remunerado” (Federici, 1975, p.40).

Quando esse cenário é interseccionado por marcadores sociais que vão além do gênero, como raça e classe, a opressão passa a existir em duas ou mais escalas. Baseando-se em conceitos de Patricia Hill Collins, Carrera (2020) compreende a interseccionalidade não como uma soma ou hierarquia de opressões, mas sim uma sinergia de múltiplos sistemas de poder. Nesse sentido, bell hooks (2018) defende que,



“enquanto mulheres usarem poder de classe e de raça para dominar outras mulheres, a sororidade feminista não poderá existir por completo” (pg. 36). Esses recortes são a prova de que há uma desigualdade nas divisões, bem como, uma invisibilização do trabalho doméstico e de cuidado. É partindo dessa noção que o projeto propõe pensar de qual forma o discurso fundamentador desse cenário repercute na literatura.

2.3. Mulher na literatura: espaço de (in)visibilização

Pensando no conceito do que é a literatura e qual a sua função, Candido (2011) defende que se trata de uma manifestação universal que faz parte da história de todos os homens em todos os tempos. Para o autor, ela funciona como ferramenta poderosa na instrução e educação, podendo ser criada de diferentes formas nas sociedades, a partir das crenças e normas vigentes. Portanto, é possível afirmar que “todo espaço é um espaço em disputa, seja ele inscrito no mapa social, ou constituído numa narrativa” (Dalcastagnè, 2012, p.13). A partir desses conceitos é possível compreender a relação da literatura com as questões de gênero.

Michelle Perrot enfatiza sobre esse ponto ao escrever que o século XIX deixou uma enorme deficiência documental em relação às mulheres visto que, o espaço público onde ocorriam essas produções era majoritariamente ocupado por homens. Essa negação do direito à produção literária, também se estendia à leitura, que de acordo com Perrot, era um “fruto proibido para as mulheres” (Perrot, 1989, p.12). Partindo desse pressuposto, torna-se factível o que escreve Anzaldúa (2000): “uma mulher que escreve tem poder. E uma mulher com poder é temida”(p. 234). Nesse sentido, evidencia-se a importância de cada vez mais existirem literaturas que contestem as opressões de gênero, entre elas, os discursos que naturalizam o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado como funções femininas.

3. Conclusão

Esse percurso teórico demonstra as fragilidades e necessidades críticas em torno do tema que servirá de escopo para as etapas práticas de desenvolvimento deste projeto. Dessa forma, pretende-se construir um livro ficcional consistente e que, de fato, seja ponto de partida para reflexões em torno do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, desempenhado por mulheres com perfil brasileiro.

4. Referências

ANZALDÚA, Gloria. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. *Revista Estudos Feministas*, [S. l.], v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/9880>. Acesso em: 25 ago. 2024.

